

SOCIEDADE FEMININA DE PUERICULTURA: protagonismo feminino na promoção da assistência em São Paulo (1905-1920)

Sociedade Feminina de Puericultura:
female protagonism in the promotion of care in São Paulo (1905-1920)

Sociedade Feminina de Puericultura:
protagonismo femenino en la promoción de los cuidados en São Paulo (1905-1920)

CAROLINA MOSTARO*, KÁTIA SIQUEIRA GONÇALVES RODRIGUES

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. *Autora correspondente. E-mail: carolmostaro@usp.br

Resumo: Este artigo aborda os primeiros anos de funcionamento da Sociedade Feminina de Puericultura, associação criada em São Paulo no ano de 1905, com o compromisso de promover auxílio a mães e a crianças, sobretudo, pobres. Examina a sua organização, seus objetivos e suas ações como possibilidades de atuação feminina em âmbito público, na interface com representações de gênero e com a hegemonia masculina no estabelecimento das normas para a saúde e a educação. A operação historiográfica se baseia na análise de um conjunto diverso de fontes, dentre as quais relatórios, livros de matrículas, livros-caixa, registros e atas de reunião, produzidos pela Sociedade, e publicações da imprensa contemporânea. Apropriando aportes teórico-metodológicos da história social, destacam-se as pessoas, suas relações e apropriações criativas dos repertórios discursivos e práticos da época. Observa-se a confluência entre a ação feminina no combate à mortalidade infantil, ao desamparo e à pobreza, bem como a ampliação de sua atuação fora do âmbito doméstico. As experiências da Sociedade Feminina de Puericultura revelam a complexidade de relações sociais assimétricas em suas conexões com aspectos econômicos, sociais e de gênero que atravessavam as experiências femininas no começo do XX.

Palavras-chave: assistência social; filantropia, mulheres; creche.

Abstract: This article examines the early years of the Sociedade Feminina de Puericultura, an association founded in São Paulo in 1905 with the commitment to help mothers and children, especially the poor. It examines its organization, objectives and actions as possibilities for female action in the public sphere, at the interface with gender representations and male hegemony in the establishment of standards for health and education. The historiographical operation is based on the analysis of a diverse set of sources, including reports, enrollment books, cash books, records and minutes of meetings produced by the Society, and publications from the contemporary press. Using theoretical and methodological contributions from social history, it highlights people, their relationships and creative appropriations of the contemporaries discursive and practical repertoires. The confluence of women's actions in the fight against infant mortality, helplessness and poverty is observed, as well as the expansion of their activities outside the domestic sphere. The experiences of the Sociedade Feminina de Puericultura reveal the complexity of asymmetrical social relations in their connections with economic, social and gender aspects that crossed women's experiences at the beginning of the 20th century.

Keywords: social assistance; philanthropy; women; crèche.

Resumen: Este artículo examina los primeros años de la Sociedade Feminina de Puericultura, una asociación creada en São Paulo en 1905 con el compromiso de ayudar a madres e hijos, especialmente a los pobres. Examina su organización, objetivos y acciones como posibilidades de actuación femenina en la esfera pública, en la interfaz con las representaciones de género y con la hegemonía masculina en el establecimiento de normas para la salud y la educación. La operación historiográfica se basa en el análisis de un conjunto diverso de fuentes, entre ellas informes, libros de matrícula, libros de caja, actas y minutas de reuniones producidas por la Sociedad, y publicaciones de la prensa contemporánea. A partir de las aportaciones teóricas y metodológicas de la historia social, se destacan las personas, sus relaciones y las apropiaciones creativas de los repertorios discursivos y prácticos de la época. Se observa la confluencia de las acciones de las mujeres en la lucha contra la mortalidad infantil, el desamparo y la pobreza, así como la expansión de sus actividades fuera del ámbito doméstico. Las experiencias de la Sociedade Feminina de Puericultura revelan la complejidad de las relaciones sociales asimétricas en sus conexiones con los aspectos económicos, sociales y de género que impregnaban las vivencias de las mujeres a principios del siglo XX.

Palabras clave: asistencia social; filantropía; mujeres; guardería.

INTRODUÇÃO

Entre as últimas décadas oitocentistas e o início do século XX, a cidade de São Paulo passou por um processo intenso de urbanização, bastante analisado na historiografia (Rolnik, 1997; Sevcenko, 1992; Segawa, 2004). Nessa época, a diversificação da economia paulista, impulsionada pelo complexo cafeeiro, criava condições para o desenvolvimento do comércio e da indústria, tornando as possibilidades de vida na capital atrativas para diferentes grupos sociais – de elites, originárias da economia agrária, a trabalhadores, ex-escravizados ou imigrantes (Cano, 2007; Oliveira, 2019). A cidade se transformou. De “1886 a 1900, sua população quintuplicou, passando de 47.697 para 239.820 habitantes” (Scott et al., 2023, p. 18).

Com um crescimento desordenado, as melhorias urbanas se espalharam de modo desigual, estabelecendo limites, simbólicos e efetivos, de uso e ocupação dos espaços pelos variados grupos sociais que habitavam a cidade. Em meio às reformas para o seu melhoramento e embelezamento, em vários pontos da urbe um grande contingente populacional vivia em condições precárias, insalubres, na luta cotidiana pela subsistência, frequentemente à margem das diretrizes civilizatórias abraçadas pelas elites e pelos poderes públicos (Rosin, 2021).

Embora o Estado já começasse a assumir algumas funções no campo da assistência, a promoção do auxílio a essas pessoas ficava, principalmente, a cargo de indivíduos ou grupos particulares, laicos ou confessionais. Homens das “classes produtoras”¹ e das profissões liberais, e mulheres, senhoras da alta sociedade, passaram a demonstrar preocupação crescente com as pessoas pobres e suas vidas à margem da civilização. A percepção da pobreza como “questão social”, decorrente dos processos de urbanização e industrialização, impulsionava ações de benemerência a fim de atenuar as mazelas que afetavam os desvalidos (Sanglard, 2005; Sanglard & Ferreira, 2014).

Por essa época, “caridade, filantropia e assistência constituíam-se como faces de um discurso que, objetivando atenuar à situação de precariedade da população pobre, assumiu força junto aos setores mais abastados da sociedade” (Camara, 2017, p. 201). A filantropia, como “gesto de utilidade pública e instrumento de ação social”, era reconhecida como parte essencial da cultura da elite urbana, marcada pelo caráter cívico-patriótico (Freire & Leony, 2011, p. 207). Nesse processo, foi crescente a participação feminina na assistência, exercendo no espaço público as funções de cuidado, historicamente atribuídas às mulheres no âmbito doméstico (Martins, 2011). A filantropia lhes possibilitava sair de seus lares para promover atividades associadas à docilidade, à sensibilidade e ao cuidado, consideradas inerentes à natureza

¹ A expressão “classe produtora” era usada no período em estudo para denominar os grupos diretamente envolvidos com o mundo da produção, em sua maioria proprietários de terras e negócios (Silva, 2016).

feminina². Ao intensificarem suas ações públicas por meio da benemerência, conforme Ana Paula Martins (2023, p. 106), as mulheres de elite punham em prática a “política do coração”, ou seja, atuavam politicamente “numa moldura de adequação às normas de classe, de gênero e sustentadas na narrativa dos sentimentos e das virtudes morais”.

Este artigo trata da Sociedade Feminina de Puericultura, associação de mulheres paulistas, criada em 1905, com o compromisso de promover auxílio a mães e crianças, principalmente, as pobres. Eram senhoras abastadas, cuja genealogia ainda nomeia as ruas da cidade de São Paulo: Cardoso de Almeida, Villaboim, Brotero, Lacerda Franco, Galvão Bueno, Souza Queiroz, Siqueira Campos, Prado, Guedes Penteado, entre outros. Para essas senhoras, caridosas e cientes das mazelas da população pobre, as ações sociais humanitárias, como a puericultura e o amparo das mães e das crianças, eram, ao mesmo tempo, um dever e uma prova de altruísmo e virtude moral.

Abordam-se os primeiros anos de funcionamento da associação, entre 1905 e 1920, examinando a sua organização, os seus objetivos e as suas ações como possibilidades de atuação feminina em âmbito público, na interface com representações de gênero e com a hegemonia masculina no estabelecimento das normas para a saúde e a educação. Analisaremos, na atuação da Sociedade Feminina, a confluência entre os preceitos de higiene e de educação no combate à mortalidade infantil, ao desamparo e à pobreza. A operação historiográfica se baseia na análise de um conjunto diverso de fontes, entre as quais se destacam relatórios, livros de matrículas, registros e atas de reunião, produzidos pela Sociedade, e publicações da imprensa contemporânea. Apropriando aportes teórico-metodológicos da história social, destacamos as pessoas, suas relações e apropriações criativas dos repertórios discursivos e práticos da época (Delacroix, 2010; Revel, 1998).

Há mais de trinta anos, Joan Scott (1995[1986], p. 86) apontava o gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais” e “uma forma primeira de significar poder”, considerando que o seu uso na análise histórica poderia contribuir para a compreensão das desigualdades e hierarquias – que, evidentemente, não se limitam ao sexo e aos papéis de gênero. Cerca de uma década mais tarde, Guacira Lopes Louro (1995) destacava a articulação do “gênero” com outras categorias, como raça e classe, como possibilidade de produzir uma história da educação mais complexa, que tornasse visíveis sujeitos e processos ignorados. A análise das experiências da Sociedade Feminina de Puericultura é uma possibilidade para observar a complexidade de relações assimétricas e suas interseções com as diferenças econômicas, sociais e raciais que atravessavam as experiências femininas no começo do XX.

² Sanglard e Gil (2014) apresentam uma síntese da discussão conceitual em torno do termo “filantropia”. Para as autoras, “a filantropia, ou benemerência, é um neologismo surgido na França das luzes e se difere da caridade por propor estar desvinculada de qualquer vestígio de piedade, e ter subjacente a ideia da utilidade social” (Sanglard & Gil, 2014, p. 68).

O CHAMADO PARA A ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Na ocasião de sua fundação, a Sociedade Feminina de Puericultura era presidida por Ana de Queirós Teles Tibiriçá, filha do conde de Parnaíba e esposa do Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá. A seu lado, estava a Vice-Presidente Ana de Lacerda Penteado, filha do Barão de Araras e esposa de Antônio Álvares Penteado. Além delas, a diretoria era composta pela primeira secretária, Francisca de Souza Rezende de Almeida Mello, filha do Barão de Rezende e esposa de Américo Brasiliense de Almeida Mello Filho, afamado médico paulista; pela segunda secretária, Cornélia Prado de Mendonça, da “poderosa” família Prado; e pela tesoureira, Jessy de Souza Queiroz, filha do Visconde de Indaiatuba e viúva do político Augusto de Souza Queiroz. Seis mulheres compunham a diretoria da entidade, que reunia figuras muito bem colocadas em redes de sociabilidade definidas pelos prestígios político e econômico.

Noventa e nove sócias-fundadoras assumiram o compromisso de contribuir mensalmente com o valor de 5\$000 (cinco mil réis) e de levantar recursos junto a parentes e amigos em prol da nobre causa. Ao longo dos anos, o número de associadas variou. Entre 1906 e 1908, foram 144; nos anos seguintes, esteve sempre próximo a 100³. Os valores das contribuições também variaram, visto que nem todas as sócias os saldavam mensalmente. Além das sócias contribuintes, beneméritas e beneméritos apoiaram financeiramente a Sociedade Feminina de Puericultura, colaborando para manter e ampliar sua atuação.

A criação da Sociedade Feminina de Puericultura atendia ao chamado dos médicos da Policlínica de São Paulo, que se deparavam cotidianamente com os efeitos nocivos da desinformação, sobretudo, sobre os corpos infantis, nos quais as doenças faziam os maiores estragos (Alves, 2001). A mortalidade infantil era, então, um problema debatido internacionalmente, figurando entre as maiores preocupações de médicos, higienistas, filantropos quanto à infância (Sanglard & Ferreira, 2014).

Para enfrentar a situação, em São Paulo, o médico pediatra Francisco de Queirós Mattoso (1867-1910) propôs ao diretor da Policlínica, Sergio Florentino de Paiva Meira (1857-1917), a instalação de uma *Gota de Leite*, inspirada nas experiências de aleitamento de bebês desenvolvidas por médicos franceses, como Léon Dufour (1856-1928), Gaston Variot (1855-1930) e Pierre Budin (1846-1907), pioneiros da pediatria moderna. No jornal *O Estado de S. Paulo*, Queirós Mattoso, em defesa de medidas de combate à mortalidade infantil, explicou:

[A] elevada mortalidade tem como fator mais importante as diversas perturbações gastrointestinais, ligadas à falta de método no aleitamento materno, à má qualidade e escolha do material para

³ Curiosamente, nos primeiros cinco anos de existência, embora a entidade mantivesse a denominação “feminina”, as listas de “sócias contribuintes” registram os nomes de homens (Relatório, 1911-1912).

a alimentação mista e artificial, e, finalmente, falta de conveniente preparo dessa alimentação e de método em seu uso.

Como se vê, essas causas podem e devem ser reduzidas ao mínimo, desde que aqui em S. Paulo se organizem associações de proteção e assistência à infância, abrangendo a propaganda e prática das complexas medidas de puericultura (O Estado de S. Paulo, 27 de fevereiro de 1905, p. 1).

O modelo escolhido por Mattoso tinha como base os trabalhos iniciados por Dufour, na região francesa de Fécamp. O médico francês, ao buscar as causas da elevada mortalidade infantil, constatou que as gastroenterites, doenças relacionadas a inflamações do estômago e do intestino, provocavam mais da metade das mortes de crianças com menos de um ano – embora doenças como rubéola, escarlatina e sarampo contribuíssem, sobremaneira, para esses resultados. Conforme Dufour, a principal fonte de problemas era a alimentação, muitas vezes inadequada, com os alimentos armazenados em recipientes sépticos. Diante disso, criou o programa de atendimento a bebês, a que deu o nome de *Goutte de Lait* (Sautereau, 1991).

Com resultados bastante satisfatórios, as Gotas de Leite se espalharam pela França e, logo depois, pelo mundo. Em 1902, Dufour publicou o manual *Comment on crée une Goutte de lait*, direcionado a médicos e políticos interessados no combate à mortalidade infantil. No Brasil, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai), criado por Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), no Rio de Janeiro, estabeleceu uma Gota de Leite, no ano de 1901 (Moncorvo Filho, 1905). Queirós Mattoso, como Moncorvo Filho, fazia parte de uma rede de médicos higienistas engajados em iniciativas, ao mesmo tempo, clínicas, políticas e sociais, para reduzir a mortalidade infantil e proteger a infância (Freire & Leony, 2011)⁴. Assim como eles, muitos profissionais da saúde e da educação compartilhavam o receio de que crianças mal cuidadas e mal-educadas se tornassem adultos delinquentes e acreditavam que os cuidados para com elas deveriam começar nos primeiros instantes de vida.

Segundo o pediatra Queirós Mattoso, nas Gotas de Leite os trabalhos abarcavam ações médicas e educativas voltadas a encorajar as mães a promover o aleitamento natural, divulgando os seus benefícios e auxiliando-as na prática. Entretanto, nos casos de impossibilidade de efetivar a alimentação natural, fornecia-se às mães o leite esterilizado, juntamente com as orientações para o consumo (Revista Médica de São Paulo, 1906). Além disso, ofereciam-se informações sobre puericultura e consultas às

⁴ Sanglard e Ferreira (2014, p. 80), examinando a trajetória do médico Fernandes Figueira no começo do século XX, observam que havia discordância sobre como resolver os problemas relacionados ao aleitamento infantil. Figueira, por exemplo, acreditava que “instituições pautadas no exemplo das Gotas de Leite incentivavam o aleitamento artificial (leite de vaca), o que considerava extremamente nocivo”.

crianças, acompanhando o seu crescimento e os ganhos de peso⁵. Na Gota de Leite paulistana, os médicos eram os responsáveis pela parte técnica, científica, e as mulheres, pelas ações de cuidado.

A ideia de criação da Gota de Leite, em São Paulo, concretizou-se no dia 15 de fevereiro de 1905. Na primeira semana, seis crianças foram matriculadas. A novidade, divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, trazia o próprio Mattoso enfatizando a importância da participação da sociedade civil e conclamando as senhoras da elite paulistana a apoiar o programa:

No funcionamento da Gota de Leite há uma parte do serviço em que os médicos só devem ser consultores técnicos, guiando sobre todas as minúcias da execução de que não podem desempenhar nas mesmas condições que as senhoras.

É preciso, pois, que as senhoras de S. Paulo, sempre cheias de entusiasmo pelas obras de caridade, se reúnam, organizem uma associação e auxiliem a policlínica no grande passo de caridade e humanidade que acaba de dar, fundando em S. Paulo uma Gota de Leite para proteger as criancinhas em perigo de vida, pela fome, pela miséria e pela ignorância dos pais.

A Policlínica não suplica grandes serviços, ela espera somente que uma associação de senhoras paulistas se organize com o fim de prestigiar a Gota de Leite com os seus afetos de mães e de se encarregar da fiscalização e direção do preparo e distribuição do leite ou outros alimentos, segundo as indicações dos médicos da Gota de leite. (*O Estado de S. Paulo*, 27 de fevereiro de 1905, p. 1)

Na matéria, Mattoso mencionava, ainda, que Adelaide do Amaral Meira, esposa do médico dr. Sergio Meira, havia se incumbido de organizar uma “sociedade de senhoras protetoras da Gota de Leite”. A função feminina na nova seção da Policlínica, abraçada pela Sociedade Feminina de Puericultura, incluía recobrir os serviços de “afetos de mães”, então considerados inerentes à mulher – como Freire e Cosati (2015) observaram em relação à Associação das Damas da Assistência, vinculada ao Ipai.

Com a Gota de Leite, os médicos de São Paulo vislumbraram a possibilidade de desenvolver ações de caráter educativo e assistencial voltados à infância e à maternidade em parceria com o sexo feminino. Os papéis dos homens e mulheres da elite estavam definidos e hierarquicamente organizados, nas funções que cabiam a cada grupo em função de seu gênero. Desse modo, os serviços da Gota de Leite deveriam ser organizados e fiscalizados por senhoras – como Moncorvo Filho afirmara no Congresso Internacional das Gotas de Leite, em Paris, em 1905. A elas caberia

⁵ Freire (2006) aponta a emergência, no final do século XIX, de uma maternidade ancorada em bases científicas, objeto de práticas educativas específicas e de supervisão médica.

receber os bebês, pesá-los, cuidar da esterilização e distribuição do leite, além de outras funções, nas quais, geralmente, estabelecia-se uma relação entre mulheres: as prestadoras dos serviços e as mães necessitadas.

Expressava-se a conexão entre preceitos científicos para o cuidado da criança, baseados em noções de higiene e puericultura, sob a orientação médica, e a defesa da preponderância das mulheres no cuidado infantil, em razão de uma suposta natureza orientada para a maternidade. Desse modo, na Gota paulistana, todo o preparo do leite esterilizado, da coalhada e do caldo de legumes oferecidos era realizado por mulheres, que também atuavam na organização de sua distribuição, na pesagem regular dos bebês e na divulgação de informações sobre o aleitamento natural e a higiene para as mães. Os médicos faziam os atendimentos clínicos e algumas preleções. No encontro entre médicos, beneméritas e mães pobres, pretendia-se estabelecer modos científicos de cuidado com a infância, em um movimento que ultrapassava os limites da capital paulista e do Brasil, sendo identificado na Europa e nos Estados Unidos (Freire, 2006).

A organização da Sociedade Feminina de Puericultura dava-se, portanto, em consonância com iniciativas coetâneas de enfretamento à mortalidade infantil, associadas à industrialização e à urbanização em países ocidentais, nos quais esteve ligada, em diferentes graus, “a elementos de ordem demográfica, sanitária ou patriótica e também ao maternalismo – fenômeno de caráter mundial que defendia a preponderância do sexo feminino no cuidado infantil, em virtude da natureza específica das mulheres para a maternidade” (Freire & Leony, 2011, p. 200).

Em seu primeiro ano, a Gota de Leite foi procurada por mães que não produziam leite ou que não o tinham em quantidade suficiente para manter a nutrição adequada de seus bebês. Nos casos de insuficiência, os médicos optavam pela alimentação mista, em composição com o leite de vaca modificado. Conforme Mattoso, mães que deram entrada na Gota de Leite com a necessidade de complementar a alimentação dos bebês conseguiram reverter a situação e passaram a nutri-los exclusivamente com os seus próprios leites. O médico celebrava ter “consegui[do] que algumas mães entregassem a parentes ou amigas os seus filhos para amamentá-los, livrando-os assim dos riscos do aleitamento artificial” (Revista Médica de São Paulo, 1906, p. 54).

Em 1906, o serviço recebeu 106 bebês, frequentemente com a saúde debilitada. Todos tinham o peso, a idade e a filiação registrados na ocasião da matrícula. Logo nos primeiros meses, passou a aceitar crianças pagantes, estabelecendo-se a quantia de acordo com os recursos de cada família. Embora acomessem mais intensamente as classes pobres, tanto a falta de informações como a dificuldade de acesso ao leite adequadamente diluído e esterilizado afetavam também as mães e os bebês de famílias mais abastadas. A cobrança por esse leite se tornou uma fonte de renda para a manutenção de sua oferta a pessoas que por ele não poderiam pagar.

Já nesse período, registrava-se que, além das contribuições das membras da Sociedade Feminina de Puericultura, a Gota de Leite recebia auxílios públicos e

contribuições de particulares que lhe permitiam manter uma vida financeira quase independente da Policlínica. Na comemoração de seu primeiro aniversário, por exemplo, Ana de Lacerda Penteado fez uma doação de 500\$000, que correspondia a dez meses de contribuição das sócias (Correio Paulistano, 17 de agosto de 1906).

Conforme o médico Haroldo Schutel, em 1907, a instituição ocupava três salas da Policlínica: uma de consultas, uma para a esterilização do leite e um almoxarifado. O espaço de esterilização contava com recursos modernos, conforme a descrição do médico: “Na esterilização foram colocadas prateleiras revestidas de zinco em todas as suas paredes, lavabo, filtro Pasteur e instalação de gás” (Revista Médica de São Paulo, 31 de julho de 1907, p. 290).

A Gota de Leite se firmou como referência no atendimento de bebês e no combate à mortalidade. Com trinta meses de funcionamento, havia atendido a mais de 330 crianças, mantendo a taxa de mortalidade sempre abaixo da média da capital. Os falecimentos decorrentes de doenças gastrointestinais representaram 3% do número total de crianças, enquanto em São Paulo, passava de 30%. Tornava-se evidente que o cuidado alimentar e a informação constituíam importantes armas na luta contra a mortalidade em bebês (Revista Médica de São Paulo, 30 de novembro de 1907).

Observando, porém, que as necessidades das mães e das crianças, principalmente, as pobres, não se limitavam à nutrição e às informações sobre higiene, as “senhoras” da Sociedade Feminina de Puericultura abraçaram o desejo de ampliar suas atividades e, em 1911, lideradas por Paulina de Souza Queiroz (1859-1936), abriram uma nova seção⁶. Nascia a Creche Baroneza de Limeira, que passou a funcionar, juntamente com a Gota de Leite, em um edifício alugado pela Sociedade Feminina de Puericultura. Embora separada da Policlínica, a associação permaneceu comprometida com o campo da saúde, trabalhando junto a profissionais da medicina e da enfermagem. Dava-se, porém, um passo na recomposição da hierarquia entre homens e mulheres que era vista nos primeiros anos de atuação da sociedade.

O TRABALHO ENTRE MULHERES

Quando a Sociedade Feminina abriu sua creche, esse tipo de instituição ainda era raro no Brasil, mesmo na maior cidade do país. Desde o século XIX, surgiam iniciativas esparsas de atendimento a bebês e crianças pequenas, em instituições como jardins de infância, escolas maternais, asilos ou creches, cujos projetos ou modelos diferiam entre si. Seus objetivos sociais, médicos e pedagógicos, bem como

⁶ Paulina era uma senhora religiosa e de muitas posses, filha do Barão e da Baronesa de Limeira, neta do Brigadeiro Luiz Antônio, e já se envolvia em diversas ações sociais, quando se tornou membra da Sociedade de Puericultura, em 1910.

os princípios de ação não estavam claramente definidos, e o Estado pouco se envolvia em sua gestão e promoção (Kuhlmann Junior, 1998, 2005).

Conforme o seu registro, de 1912, a Sociedade Feminina de Puericultura pretendia atuar em diversas frentes⁷. Na creche, receberia durante o dia as crianças menores, de até quatro anos, enquanto suas mães se entregavam ao trabalho fora de casa, além de filhas e filhos das viúvas. A associação pretendia promover a “fundação de mutualidades femininas, especialmente as mutualidades maternas”, dando-lhes uma organização racional e científica; e realizar “investigações as mais completas possíveis sobre as condições em que vivem as crianças pobres, investigações concernentes à alimentação, ao vestuário, à casa, à instrução, à educação etc., a fim de oferecer-lhes proteção adequada” (Registro no livro de inscrição de associações, 1912, s/p).

Ainda constavam no documento os objetivos de fundar um hospital infantil; assumir a tutela de crianças maltratadas, em perigo ou em situação de miséria; favorecer a criação de outras sociedades de proteção à infância; promover a regulamentação legal do trabalho feminino e infantil na indústria. Além disso, mantinham-se os objetivos originais da Gota de Leite de propagar o aleitamento materno e as noções elementares de higiene infantil. Nesse amplo programa de ações se expressava, de modo sintético, a crença das membras da associação a respeito do papel social da entidade e do que entendiam ser as demandas de mães e crianças pobres.

Embora a maioria dos objetivos fosse condizente com a expectativa filantrópica das elites, aspectos como as investigações sobre as condições de vida da população pobre e a regulamentação do trabalho extrapolavam o que comumente se esperava da ação de mulheres das classes abastadas, justamente por abarcar questões fundamentadas em aspectos técnicos e políticos, considerados como incontestes dimensões da ação masculina. Talvez tenha sido por isso que essas frentes de ações não tenham sido concretizadas⁸.

Nota-se, assim, que a aceitação de papéis femininos ligados ao cuidado da infância e à maternidade não limitou a atuação das mulheres ao que tradicionalmente se esperava de “senhoras da sociedade”. Por meio da filantropia, as mulheres da Sociedade Feminina ampliavam seus espaços de atuação, construindo outros sentidos e possibilidades fora do âmbito doméstico – aspecto observado em investigações como as de Martins (2023), sobre mulheres conservadoras na filantropia, e de Camara (2017), sobre as Damas da Assistência no Ipaí. Tratava-se, portanto, de assumir um repertório de ação no interior das expectativas de gênero e classe, cuja plasticidade

⁷ Trata-se do registro no livro de inscrição de associações para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, firmado pelo Oficial do Registro Geral e de Hipotecas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

⁸ Outras ações, como a criação de mutualidades femininas e a criação de hospitais infantis, também não saíram do papel.

lhes possibilitou reconfigurar as relações, os espaços e os poderes entre homens e mulheres de elite.

Com a criação da creche, a Sociedade Feminina de Puericultura passou a se chamar “Sociedade Feminina de Puericultura Gortas de Leite e Crèches”, que se comprometia, conforme o registro oficial, a “empregar todas as medidas de proteção e assistência à infância compatíveis com seus meios e com os recursos do seu orçamento”, buscando enlaçar beneficência particular e assistência pública, o que a levou a requisitar subvenções em diversas instâncias do Estado (Registro no livro de inscrição de associações, 1912, s/p). Para tanto, as “senhoras e senhoritas” da Sociedade lançaram mão de suas redes de sociabilidade, da qual faziam parte importantes figuras políticas, pressionando, por meio de relações particulares, o compromisso público financeiro com a assistência. No relatório de 1911 e 1912, consta que o governador do estado havia concedido um auxílio anual de 6:000\$000 (seis contos de réis), e a Câmara Municipal, um montante correspondente à metade desse valor.

Quanto à organização da Sociedade Feminina, o registro ratifica a composição de uma diretoria, com presidente, secretária e tesoureira eleitas em assembleias gerais para mandatos de cinco anos, sem que houvesse detalhamentos sobre suas respectivas atribuições⁹. Os relatórios e as atas de reunião daqueles anos indicam que a diretoria estava diretamente envolvida na administração das duas entidades, embora houvesse um médico na direção clínica da Gota de Leite e nos atendimentos pediátricos às crianças da creche.

O acolhimento e o cuidado na creche, de acordo com os preceitos da época, não poderiam prescindir de uma supervisão técnica, para a qual o médico era considerado o profissional mais indicado. Desses profissionais advinham orientações e decisões relacionadas à saúde e à higiene na instituição. Eles propuseram, por exemplo, a instalação de uma enfermaria, a fim de evitar a proliferação de doenças no interior da creche. Pelo mesmo motivo, estabeleceram um rigoroso exame clínico nos bebês e crianças recém-matriculadas. Houve tentativas de oferecer tratamentos alimentares e de saúde considerados avançados. Em 1917, registrou-se em ata a construção de um “laboratório”, em que se pudessem realizar pequenas cirurgias (Livro de atas, 1916-1918, s/p). Não há informações precisas sobre a continuidade do projeto, porém, na lista de doativos constam um armário para instrumentos cirúrgicos, vidros e cuba para ferver os instrumentos – doações feitas pelos médicos Raphael Sampaio e Felinto Brandão. Ainda em 1917, os médicos experimentaram “um tratamento com luz solar” no pé do pequeno Moysés; produziram e venderam “leite albuminoso”¹⁰.

⁹ Conforme o relatório relativo aos anos de 1911 e 1912, a Sociedade possuía estatutos, infelizmente, ainda não localizados.

¹⁰ Desenvolvido pelo pediatra alemão Heinrich Finkelstein (1865-1942), a fórmula do leite albuminoso corrigia o leite de vaca, diminuindo suas proporções de lactose por litro, combatendo, assim, as fermentações nocivas à nutrição de bebês. Todo o processo de correção do leite era realizado nas próprias instalações da creche.

A Sociedade Feminina de Puericultura se estabeleceu como a entidade promotora dos serviços da Gota de Leite e da Creche. Os médicos, embora responsáveis técnicos, tornaram-se funcionários da associação, que lhes pagava um ordenado mensal para realizarem o serviço clínico. Ocorria a recomposição das relações, ainda que o discurso médico permanecesse em posição superior de autoridade. No começo de 1918, porém, a exclusividade masculina no serviço médico chegou a ser rompida, com a contratação da médica Ângela de Mesquita, como auxiliar do responsável clínico da associação. Ângela, formada nos Estados Unidos, desejava se dedicar a “moléstias infantis”. Embora tenha trabalhado por pouco tempo na instituição, sua passagem pode ser o indício de um desejo, nutrido pelas sócias, de que mulheres também ocupassem o espaço mais masculino dos serviços que promoviam.

Naqueles primeiros anos, as diretoras da Sociedade Feminina participavam ativamente do cotidiano da creche, decidindo sobre compras e contratação de funcionárias e funcionários. Elas tinham, além disso, a responsabilidade de publicar relatórios periódicos para as sócias, esclarecendo o andamento das atividades da associação. Paulina de Souza Queiroz, como presidente da Sociedade e fundadora da creche, assumiu muitas tarefas. Foi dela, por exemplo, a decisão de receber “crianças pequenas que serão amamentadas pelas amas admitidas na creche” e de contratar “como amas ou empregadas do estabelecimento as mulheres com filhos pequenos que não poderiam achar colocação conservando seus filhos consigo” (Livro de atas, 1915-1916, s/p).

As diretoras estavam, além disso, diretamente engajadas no levantamento de recursos financeiros e materiais para a instituição. As redes de sociabilidades favoreciam a empreitada. Certa vez, Eleonora Silveira e Zenaide Bodowski, vice-presidente e tesoureira, percorreram bairros da capital em busca de doações. Em diferentes ocasiões, recorreram a jornalistas, como o renomado Nestor Rangel Pestana, chefe de redação de *O Estado de S. Paulo*, solicitando a publicação de anúncios e notícias. Conseguiram que grandes empresas, como as Indústrias Matarazzo e a Casa Duchon Favila Lombardi & Cia., se comprometessem com doações periódicas de produtos essenciais, como farinha de trigo, biscoitos, sabão e arroz.

Desde 1911, havia uma seção de “sócias auxiliares”, encarregadas de organizar festejos e angariar donativos, para o que mobilizavam suas redes sociais e familiares. A abertura da creche, por exemplo, foi precedida por um baile, organizado pelas senhoritas dessa seção, que rendeu 7:141\$000 (sete contos, cento e quarenta um mil réis), como registrado no primeiro livro-caixa da Creche Baroneza de Limeira (Diário, 1911-1915, p. 1). Na mesma época, estabeleceram uma seção de costura para a produção de roupas infantis, de que participavam as sócias (Relatório sobre o movimento da Sociedade Feminina de Puericultura, 1915, p. 48). Suas funções se assemelhavam a de membras de outras associações femininas que atuavam na assistência e proteção à infância pobre e faziam confluir, para a promoção da benemerência, recursos públicos e privados (Camara, 2017; Martins, 2023).

Não obstante o seu vasto programa, a atuação da Sociedade se concentrou em torno de uma Gota de Leite e da Creche Baroneza de Limeira. Seus serviços, no entanto, eram variados e se ampliaram ao longo dos anos, condensando alguns dos objetivos expressos em seu registro oficial (1912). Na década de 1920, foi inaugurado um ambulatório anexo à Gota, inicialmente oferecendo atendimento pediátrico e, depois, também atendimento pré-natal.

Quando a creche estava prestes a ser inaugurada, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma reportagem de caráter informativo, divulgando a nova entidade:

O principal fim desta creche é ir em auxílio das pobres mães desamparadas, que, desejando trabalhar, possam encontrar um abrigo para seus filhinhos e quem deles cuide carinhosamente, proporcionando-lhes, com uma alimentação sadia, os primeiros rudimentos de uma boa educação moral, isso sem exonerar as mães de suas naturais responsabilidades e dos mais sagrados deveres para com seus filhos (O Estado de S. Paulo, 2 de setembro de 1911, p. 3)

A notícia mencionava o atendimento de bebês e crianças de até seis anos, a partir das 7 horas da manhã, com saída sem tempo determinado, respeitando o momento em que as mães deixassem o trabalho. Nos anúncios de jornais, a Sociedade dizia receber “filhos de pais proletários, empregados de fábricas, amas de leite, criadas de servir”, que não pudessem cuidar convenientemente dos filhos (O Estado de S. Paulo, 21 de dezembro de 1912, p. 8). Tal como as creches que então surgiam na Europa, a Creche Baroneza de Limeira foi idealizada para ser um externato, numa expectativa de conciliar as demandas da maternidade e do trabalho.

Entretanto, logo as particularidades da sociedade paulistana começaram a impactar o funcionamento da instituição. Em seus primeiros tempos, a creche passou a receber crianças, principalmente bebês, como internos, já que as mães ou os responsáveis não as conseguiam buscar todos os dias. No relatório relativo aos anos de 1915 a 1920, clamando o apoio de senhoras da elite para a Sociedade Feminina de Puericultura, Paulina mencionou a questão:

Se vossa atenção não for atraída para essa justa aspiração, tantas crianças, cujas mães empregadas em casas particulares, obrigadas a pernoitar fora das suas residências e aquelas outras, das quais as mães tenham falecido, deixando-as em tenra idade, achar-se-ão com um pé na sepultura. (Relatório sobre o movimento da Sociedade Feminina de Puericultura, 1920, p. 5)

O médico da creche, porém, via a questão de modo distinto. Acreditava que “o número de crianças que procuram o externato é nulo, talvez para se livrarem as mães

do trabalho de irem receber seus filhos à noite e trazê-los na manhã seguinte, como é prefixado no regulamento” (Relatório sobre o movimento da Sociedade Feminina de Puericultura, 1920, p. 67). Enquanto o médico insinuava que as mães teriam a opção de buscar as crianças após a jornada de trabalho, a presidente da Sociedade explicava a situação pela ocupação das mães. Os diferentes posicionamentos indicariam sensibilidades diversas perante uma mesma questão? Seriam essas sensibilidades construídas a partir de marcadores de gênero, de modo que as dificuldades das mulheres pobres seriam mais visíveis a outras mulheres, ainda que de uma classe social distinta?

Na prática, não só os horários formalmente estabelecidos não eram cumpridos, como a creche recebia crianças de todas as idades. A maioria morava na instituição, sendo recorrentes os casos de abandono. Isso motivou o estabelecimento, em 1915, de uma seção especial para órfãs e abandonadas, a partir da qual se criaram uma escola primária, cursos profissionalizantes e um sistema de emprego remunerado para meninas de até 15 anos. A Sociedade diversificava suas ações à medida que surgiam demandas do público que a procurava, ainda que essas não fossem, exatamente, na direção de efetivar o plano registrado em 1912.

Desde a instalação, a creche atendeu a um público plural, em relação à nacionalidade e a cor. A maior parte das crianças matriculadas eram nascidas no Brasil, embora houvesse muitas filhas e filhos de pais estrangeiros, o que convergia para a expressiva quantidade de imigrantes que passaram a viver na cidade de São Paulo, desde a década de 1880. Conforme os registros de matrículas, em 1912, das 80 crianças atendidas na instituição, 18 eram estrangeiras e oito eram filhas de imigrantes. Entre 1913 e 1920, o menor percentual de crianças filhas de imigrantes foi de 35% e o maior, de 68%. As famílias portuguesas representavam o maior contingente, seguidas das italianas, alemãs, espanholas e francesas, mas por lá passaram famílias japonesas, alemãs, austríacas, russas, sírias e polonesas (Livros de matrículas, 1911-1920). Algumas fichas mencionam a cor das crianças brasileiras, a maioria classificada como “brancas”, seguida de “pardas” e, em menor número, de “pretas”¹¹. Os números de matrículas variavam todos os meses, com as sucessivas chegadas e saídas de bebês e crianças.

Havia cobrança de mensalidades, cujos valores eram estabelecidos de acordo com as posses das famílias. Era comum que mulheres empregadas na instituição como cozinheiras e lavadeiras, ao matricularem seus filhos e filhas, tivessem a parcela referente às mensalidades deduzidas de seus salários. O ordenado da cozinheira Leonor, por exemplo, que trabalhou na creche em 1916 e que era mãe de duas crianças matriculadas, equivalia a 30% do salário de sua antecessora na função, que não tinha filhos na entidade. A diretoria, entretanto, mostrava-se flexível nos casos de

¹¹ Interessante observar que a cor é um atributo indicado somente nas fichas das crianças brasileiras, conjunto em que, provavelmente, encontrava-se a maior diversidade étnico-racial.

inadimplência, e para a maior parte das crianças não se cobrava nenhuma contribuição.

Além de acolher as crianças, a creche oferecia trabalho a mulheres, especialmente às que tivessem filhos pequenos, como cozinheiras, lavadeiras, amas de leite, secretárias e diretoras do estabelecimento. Algumas cuidavam da casa, outras das crianças, em profissões socialmente reconhecidas como femininas. Representavam a possibilidade de ocupação remunerada para mulheres que não haviam tido a mesma sorte que as membras da associação. Dependiam do salário, geralmente baixo, mas aceitável, por serem essas as ocupações “dignas” de mulheres das classes populares.

Nesse processo, as funcionárias compunham o conjunto das agentes do serviço de assistência e amparo oferecido na instituição, juntamente com as senhoras das elites, criando a possibilidade de estabelecer relações mais horizontais com as pessoas atendidas. Cabe considerar os significados subjetivos da experiência na assistência para as senhoras das elites que, como aponta Martins (2023), passaram a conhecer a questão social de modo mais complexo. Com a Gota de Leite, certamente, as membras da Sociedade Feminina conheceram mais profundamente as demandas e dificuldades das mulheres pobres, brasileiras ou imigrantes. O contato com diferentes realidades e carências pode ter afetado a sua sensibilidade, ou, ao menos, das senhoras que mais se envolveram nos trabalhos assistenciais. Foram, assim, ao longo dos anos, redefinindo as funções da associação e da assistência que ofertavam.

Ademais, as trabalhadoras, em vários casos, eram atendidas pela instituição, por lá internarem seus filhos e filhas, por acessarem seu serviço médico ou escolar, por exemplo. A participação dessas mulheres permeia as atividades de filantropia desenvolvidas pela Sociedade Feminina de Puericultura, sendo fundamental para a concretização de suas ações de benemerência, embora muitas vezes desapareça sob o manto da atuação das senhoras abastadas.

A rotatividade das empregadas era grande. Nos três primeiros anos, por exemplo, ao menos seis mulheres estiveram na direção da creche. Entre 1915 e 1920, 14 atuaram na função de cozinheira. Os motivos que as levavam a sair da função eram os mais diversos. Josephina saiu, porque não gostavam da comida que preparava. Paula quis tentar a vida fora da creche. Maria José teve divergências com a direção. Uma ama deixou a creche após a morte de sua filha e da bebê que alimentava; outra saiu por insistência do marido (Livros de atas, 1915-1916; 1916-1918). Suas histórias particulares se cruzam, pela experiência de serem mulheres pobres, necessitadas de trabalho remunerado, buscando atuar nos limites da moralidade imposta ao sexo feminino e à sua condição de classe. Para elas, não havia possibilidade de dedicação voluntária ao trabalho assistencial, mas cumpriam parte fundamental de um sistema que permitia às mulheres das classes privilegiadas realizarem a benemerência, que lhes trazia prestígio e respeitabilidade social.

A dificuldade de recrutar e manter empregadas levou a diretoria da Sociedade a firmar, em 1914, uma parceria com as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, que passaram a se encarregar de diversos trabalhos na instituição, como costura, administração e cuidados com as crianças e bebês. Posteriormente, assumiram o ensino de primeiras letras para as internas maiores de sete anos. Religiosas ou leigas, ainda eram as mulheres que se empregavam nas funções de cuidado; os poucos homens eram entregadores de leite, jardineiros e zeladores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos cuidados diários dos bebês e crianças, assim como na execução das tarefas da casa, como cozinhar, lavar e limpar, ou na administração, encontramos mulheres com papéis muito distintos, a depender de sua posição, seja como membras da associação, seja como empregadas ou religiosas. As trabalhadoras abraçavam a possibilidade de obter um emprego remunerado que aceitasse a presença de seus filhos e suas filhas onde poderiam, inclusive, receber uma “boa educação”. As senhoras abastadas tinham a possibilidade de exercer uma função que lhes conferia distinções sociais como mulheres dignas, virtuosas e caridosas. As religiosas, por sua vez, realizavam o carisma de suas ordens na caridade. Em certa medida, os três grupos realizavam o seu destino no cuidado e na assistência, ao mesmo tempo que entre si teciam laços de solidariedade, novas possibilidades e sentidos para a ação feminina.

Na relação com os médicos, as senhoras da Sociedade Feminina aceitaram o chamado para desenvolver ações de caráter educativo e assistencial voltados à infância e à maternidade, apropriando-se de preceitos científicos, noções de higiene e de puericultura. Em negociações com esses profissionais, detentores de saber técnico e especializado, elas assumiram a administração da Gota de Leite e criaram a creche. A partir de então, esses mesmos homens tornaram-se funcionários da associação feminina, com a qual estabeleceram regime de trabalho e salários.

As experiências da Sociedade Feminina de Puericultura revelam a complexidade de relações sociais assimétricas em suas conexões com aspectos econômicos, sociais e de gênero que atravessavam as experiências femininas no começo do XX. Respondendo a um primeiro chamado dos médicos da Policlínica, senhoras da elite paulista se mobilizaram para cumprir uma função social na filantropia, na assistência e no cuidado. Em ação, e muitas vezes atendendo a demandas imprevistas, redefiniram objetivos, ampliaram suas responsabilidades e assumiram um projeto assistencial próprio que, em consonância com preceitos científicos, educacionais e morais, expressou a intercorrência de sensibilidades e solidariedades femininas.

REFERÊNCIAS

- Alves, F. (2001). *A mortalidade infantil e as práticas sanitárias na cidade de São Paulo (1892–1920)* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo.
- Camara, S. (2017). As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906–1930). *História da Educação*, 21(53), 199–218. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66363>
- Cano, W. (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Editora da Unicamp.
- Correio Paulistano. (1906, 17 de agosto). São Paulo.
- Delacroix, C. (2010). Histoire sociale. In C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia, & N. Offenstadt (Eds.), *Historiographies 1: Concepts et débats* (pp. 420–435). Gallimard.
- Diário. (1911–1915). Documento manuscrito. Acervo da Creche Baroneza de Limeira.
- Freire, M. M. (2006). *Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)* (Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19793>
- Freire, M. M., & Cosati, L. C. (2015). Gênero e filantropia: As damas de assistência à infância do IPAI-RJ (1899–1930). *Gênero*, 15(2), 29–46. <https://doi.org/10.22409/rg.v15i2.653>
- Freire, M. M., & Leony, V. S. (2011). A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899–1930). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 18, 199–225. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500011>
- Kuhlmann Junior, M. (1998). *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. Mediação.

Kuhlmann Junior, M. (2005). A educação infantil no século XX. In M. Stephanou & M. H. C. Bastos (Eds.), *Histórias e memórias da educação no Brasil* (Vol. 3, pp. 182–194). Vozes.

Livro de atas. (1915–1916). Documento manuscrito. Acervo da Creche Baroneza de Limeira.

Livro de atas. (1916–1918). Documento manuscrito. Acervo da Creche Baroneza de Limeira.

Livros de matrículas. (1911–1920). Documentos manuscritos. Acervo da Creche Baroneza de Limeira.

Louro, G. L. (1995). Gênero, história e educação: Construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, 20(2), 101–132.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722>

Martins, A. P. V. (2011). Gênero e assistência: Considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 18, 15–34.

<https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500002>

Martins, A. P. V. (2023). *Faces femininas do conservadorismo: Filantropas e feministas brasileiras do século XX*. Cancioneiro.

Moncorvo Filho, A. (1905). *A gota de leite da “Assistência à Infância do Rio de Janeiro”*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional das Gotas de Leite, Paris.

O Estado de S. Paulo. (1905, 27 de fevereiro). São Paulo.

O Estado de S. Paulo. (1911, 2 de setembro). São Paulo.

O Estado de S. Paulo. (1912, 21 de dezembro). São Paulo.

Oliveira, P. R. de. (2019). A diversificação do complexo cafeeiro paulista na Primeira República. *Projeto História*, 64, 246–276. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v64p246-276>

Registro no livro de inscrição de associações para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou recreativos. (1912). Documento manuscrito. Acervo da Creche Baroneza de Limeira.

Relatório sobre o movimento da Sociedade Feminina de Puericultura, 1912–1915. (1915). Oficinas d'O Estado de S. Paulo.

Relatório sobre o movimento da Sociedade Feminina de Puericultura, 1915–1920. (1920). Typographia Garraux.

Revista Médica de São Paulo. (1906, 15 de fevereiro). São Paulo.

Revista Médica de São Paulo. (1907, 31 de julho). São Paulo.

Revista Médica de São Paulo. (1907, 30 de novembro). São Paulo.

Revel, J. (1998). Microanálise e construção social. In J. Revel, *Jogos de escala: A experiência da microanálise* (pp. 15–38). FGV.

Rolnik, R. (1997). *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Studio Nobel.

Rosin, M. C. (2021). *Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: Os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905–1938)* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/T.16.2021.tde-07072021-215205>

Sanglard, G. (2005). *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920–1940* (Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz).

Sanglard, G., & Ferreira, L. O. (2014). Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900–1920). *Estudos Históricos*, 27(53), 71–91. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000100004>

Sanglard, G., & Gil, C. A. (2014). Assistência à infância: Filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889–1929). *Revista da ABPN*, 6(14), 63–90. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/130>

- Sautereau, M. (1991). Aux origines de la pédiatrie moderne: Le docteur Léon Dufour et l'œuvre de la « Goutte de lait » (1894–1928). *Annales de Normandie*, 41(3), 217–233. https://www.persee.fr/doc/annor_0003-4134_1991_num_41_3_1889
- Segawa, H. (2004). *Prelúdio da metrópole: Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. Ateliê Editorial.
- Sevcenko, N. (1992). *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras.
- Scott, A. S. V., Bassanezi, M. S. C. B., & Scott, D. (2023). Ilegítimos na transição entre o Império e a República: O caso do estado de São Paulo (1886–1900). *Revista Brasileira de Estudos de População*, 40, e0253. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0253>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. [Texto originalmente publicado em 1986]. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Silva, C. M. N. (2016). “Para os grandes males, os grandes remédios”: Propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903) (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102016-140237/>

CAROLINA MOSTARO: professora de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e orientadora no PPG-Educação, na linha de pesquisa "História da Educação e Historiografia". É historiadora e doutora em educação. Entre 2020 e 2023, desenvolveu pós-doutoramento no Projeto Temático FAPESP "Saberes em fronteiras: por uma história transnacional da educação", coordenado por Diana Vidal e Carlota Boto. Seus principais temas de pesquisa são: associativismo feminino, assistência e educação, história da formação docente e do ensino profissional.

E-mail: carolmostaro@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0853-6726>

KÁTIA SIQUEIRA GONÇALVES RODRIGUES: graduada em Licenciatura em Ciências Humanas pela Faculdade SESI-SP de Educação. Atualmente é mestranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) desenvolvendo um projeto de pesquisa ligado à criança institucionalizada na cidade de São Paulo, no período de 1969 a 1979.

E-mail: katiagoncalves@usp.br

<https://orcid.org/0009-0001-7652-2249>

Recebido em: 07.02.2025

Aprovado em: 07.12.2025

Publicado em: 03.02.2026

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: dois convites; dois pareceres recebidos.

R2: dois convites; nenhum parecer recebido.

R3: dois convites; nenhum parecer recebido.

R4: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Mostaro, C. & Rodrigues, K. S. G. Sociedade Feminina de Puericultura: protagonismo feminino na promoção da assistência em São Paulo (1905-1920). *Revista Brasileira de História da Educação*, 26, e400. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v26.2026.e400>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está disponível mediante solicitação a uma organização: Acervo Creche Baroneza de Limeira.